

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Cabo Verde: uma experiência política nos trópicos

ONÉSIMO SILVEIRA

A sociedade escravocrata e a depressão económica do século xvii

O achamento das Ilhas de Cabo Verde, em 1460, pelas caravelas do Infante Navegador, assinala o advento de uma nova etapa da sociedade humana. Desbravando todos os titãs do mito, as caravelas rasgaram caminhos no mar desconhecido, inaugurando o contacto com outros povos e promovendo o conhecimento como património de toda a humanidade. Estava, dessa forma, aberta uma etapa da história do Homem que só cerca de cinco séculos mais tarde viria a ser confrontada com feito de comparável transcendência e dimensão, nomeadamente a inauguração das viagens extraterrestres pelos cosmonautas da ex-União Soviética, na segunda metade da década de 50.

Ironia do destino, ou simples jogo da fatalidade, a evolução histórica de Cabo Verde, um dos países mais pobres do nosso planeta, ficaria organicamente associada a um dos acontecimentos mais altos da humanidade, em geral, e da história de Portugal, em particular. Com efeito, com o achamento das Ilhas de Cabo Verde e do seu subsequente povoamento, lançavam-se as bases de um novo tipo de sociedade, com a mestiçagem como síntese etno-sociológica, e a gestação e afirmação da língua «crioula» servindo de metáfora à primeira grande «experiência românica nos trópicos» – como registava o escritor cabo-verdiano Baltasar Lopes da Silva na primeira metade deste século.

A jusante do processo da evolução histórica de Cabo Verde, há que ser assinalada a heterogeneidade social e cultural proveniente das mais variadas latitudes étnicas e geográficas, que cunhava os seus primeiros habitantes: Cristãos-Novos Portugueses, donatários e degredados, Judeus escorraçados pela Inquisição, escravos africanos de grupos étnicos diversos e diferenciados. A cada grupo correspondiam modos de vida próprios, uma assinatura da identidade exógena, que o tempo, aos poucos, mas segura e irreversivelmente, acabou por fundir numa realidade de cunho endógeno, cabo-verdiano.

Dos meados do século xv aos meados do século xvii, a escravocracia oferece, a um tempo, o plano de fundo e o quadro normativo político e económico da evolução das Ilhas na sua fase incipiente. O branco escravocrata é civilizado, senhor dos meios de produção; o negro é escravo, gentio e moeda de troca.

Essa fase do processo evolutivo encontra suporte dialéctico no desenvolvimento mercantil baseado na aquisição do escravo na costa da Guiné, como fornecedor de mão-de-obra e na venda, em vários pontos dessa costa, dos produtos de exportação, tais como panos, gado e algodão. Graças a essas actividades, os portos da Ribeira Grande (Cidade Velha), São Filipe e, mais tarde, da Praia, adquirem gradualmente um perfil de entrepostos urbanizados, onde se passa a registar um relativo cosmopolitismo, congénito à multiplicidade dos contactos e dos empreendimentos de que servem de palco.

Pode-se, pois, afirmar que, desde o seu achamento, em 1460, até ao declínio da sua economia baseada na compra de escravos e na exportação de panos, e de algodão, as Ilhas constituíram um quadro de actividades em nada diferentes das que caracterizavam,

na mesma época, os regimes coloniais de tipo clássico, isto é, regimes em que o colonizador usurpava a terra do colonizado, submetendo este a novos padrões de cultura e de comportamento e impondo-lhe, pela força jurídica, política e administrativa, o respeito de novas formas de hierarquia e a observância dos hábitos que tais inovações acarretavam. Tratava-se, no caso clássico da colonização, de uma situação antitética, geradora de tensões permanentes de rejeição da opressão.

Não podendo libertar-se da opressão, o oprimido aceitava, «malgré lui», o «statu quo», ou refugiava-se na alienação. Aqui se esgota a analogia do povoamento das Ilhas de Cabo Verde com a colonização de tipo clássico. Nas Ilhas, o «colonizador», ao implantar as suas próprias concepções nacionais, sociais, económicas e jurídicas, assentava as bases da sua auto-alienação, dado que não havia estruturas sociais e culturais a ser eliminadas, mas, sim, a necessidade de inventar novas formas de convivência na terra inóspita e desabitada, como meio de assegurar a sobrevivência e a viabilidade do empreendimento mercantil.

O povoamento das Ilhas, assegurado por actividades de cariz marcadamente colonialista, fez-se, no entanto, não em função de riquezas naturais indígenas, nem tão-pouco da existência de mão-de-obra escrava local. A ausência destes dois elementos essenciais, que são caracterizadores e definidores, constitui razão teórica bastante para se questionar a validade da tese da colonização de Cabo Verde. Um esforço de análise nessa direcção constituiria uma tentativa de revisionismo positivo da História, na medida em que permitiria determinar se as «realidades coloniais» em Cabo Verde se afastam, ou não, do conceito de colonização que as enforma. Isso deveria ser feito mesmo contra a vontade do criador, Portugal, que insiste em negar a sua criatura, Cabo Verde. Um tal empreendimento intelectual deveria, por outro lado, considerar a hipótese da insuficiência do modelo da colonização, por razões políticas e estratégicas, ou ambas.

Menos clássica, ou mais clássica, o que, porém, não deixa lugar a dúvidas é que a «colonização» de Cabo Verde se processou, desde a sua fase de povoamento, em função do comércio com a costa da Guiné. Depósitos relativamente seguros de escravos, as Ilhas dispunham de uma situação geoestratégica que, na conjuntura de então, fazia de cada uma delas um esteio logístico de vital importância para o comércio transatlântico de escravos e para a prossecução para o sul do Equador do empreendimento marítimo português.

Constrangimentos estruturais como a ausência de bases materiais, por um lado, e factores repulsivos como a insularidade, por outro lado, são um «handicap» de peso que tem impedido, ao longo de séculos, que Cabo Verde se transforme em sociedade economicamente autónoma. Por causa desses «handicaps», a economia escravocrata viu a sua influência cerceada com a primeira grande depressão económica do capitalismo, nos meados do século xvii. Ao afectar Portugal, a crise então gerada comprometeu a sua capacidade de fazer respeitar as leis que decretava para proteger as suas «possessões» ultramarinas. A Grã-Bretanha, a França e a Holanda aproveitavam a sua superioridade financeira e tecnológica para impor condições iníquas à Coroa Portuguesa.

Esse enfraquecimento da Coroa Portuguesa teve repercussões imediatas em Cabo Verde. A Ilha de Santiago, que até então servia de entreposto principal do comércio transcontinental de escravos, foi desvinculada dessa actividade lucrativa, que tinha gozado durante cerca de dois séculos de protecção particular da Metrópole. Os escravos comprados na costa da Guiné passam a ser transportados directamente para os mercados

de mão-de-obra: Canárias, Antilhas e Brasil. Com a eliminação de Santiago como intermediária, é todo o Cabo Verde que perde a sua vantagem estratégica e vê desaparecer, sem compensação, os dividendos económicos que lhe provinham do tráfico escravocrata e da exportação de produtos indígenas para a costa da Guiné. Este declínio de Santiago acarreta, por implicação lógica, o fim de dois séculos de economia sustentada de maneira quase exclusiva no tráfico escravagista. Ao serem-lhe coarctados tão brutalmente os meios que, até então, lhe asseguravam relativa prosperidade, a Ilha perde a sua importância estratégica. É um golpe desferido ao processo de urbanização da Ribeira Grande e da Praia. O cosmopolitismo portuário-mercantil incipiente entra em decadência, cedendo lugar a uma subcultura urbana – um tecido de intrigas palacianas, que envolve autoridades militares, civis e eclesiásticas.

A agropecuária para exportação, que exigia a renovação regular da mão-de-obra escrava, cede lugar à cultura de subsistência, o que, por seu turno, transforma a grande propriedade (o morgadio) em conjunto de pequenos retalhos de terra, aforados ou arrendados para a pequena produção, a cargo, já não de escravos, mas, sim, de agricultores (forros) sem terra. Esta situação, que surge a contracorrente da evolução histórica, é determinante para o estabelecimento de relações de um novo tipo entre os morgados e os agricultores sem terra.

Este súbito e inesperado descer de palco sobre dois séculos de economia escravocrata é um voltar de página de repercussões profundas na história da evolução social cabo-verdiana. Ao dar costas à economia litorânea, o Arquipélago centra os seus esforços na ocupação e desenvolvimento da terra (interior) para garantir a sua subsistência. Era um desafio à precaridade de meios materiais e às secas cíclicas que ceifavam partes substanciais da população das Ilhas.

A sociedade pós-escravocrata e a formação da comunidade/nação

Com a redução das actividades portuário-mercantis, ligadas à exploração intensiva do latifúndio, o escravo perde a sua qualidade de moeda de troca e passa a ser exclusivamente força de trabalho, numa agricultura voltada para a subsistência. A monocultura de exportação é substituída pela cultura diversificada para consumo interno, num quadro em que o latifúndio outra coisa não é senão o somatório de minifúndios, para exploração familiar. Como consequência da perda dos mercados de exportação da costa da Guiné, o escravo passa a constituir fardo económico demasiado pesado para um bom número de latifundiários. Para estes, o sustento do escravo deixa de ser compensado pelo valor do trabalho produzido.

Esta falência, tão abrupta quão precoce, da sociedade escravocrata em Cabo Verde engendrou novas formas de produção, que criaram um novo tipo de relações sociais, a montante e a jusante do processo económico. São estas relações que iriam, muito em breve, proporcionar a dinamização do processo de mobilidade social. O terreno estava preparado para germinar as sementes da mestiçagem, fenómeno cultural e sociologicamente identificador. Ensombrados pela iminência da mobilidade social, o escravo e o latifundiário perdem as suas bases económicas de sustentação e as dinâmicas que lhes eram próprias, passando, dessa forma, a actores de segundo plano na história da evolução social cabo-verdiana, cujo palco passaria a ser dominado pela mestiçagem.

Esta mestiçagem, biológica e cultural, gerou nas Ilhas de Cabo Verde a primeira sociedade crioula dos trópicos. Por outras palavras: os negros deixaram de ser africanos,

os brancos deixaram de ser europeus, judeus ou castelhanos. A simbiose que florescia era alma e essência de Cabo Verde.

Convém notar que a preponderância da «crioulidade», que anunciou novos padrões de convivência social, a nível tanto individual como colectivo, foi alcançada à custa de tensões, de actos de rebeldia colectiva, e, não raras vezes, de lutas que abordaram situações para-revolucionárias. O exemplo do «badio» é paradigmático. Ele não é o «vadio» como sugere o anátema, mas sim membro de um importante segmento da classe dos negros forros que recusavam obediência às instituições, como forma de sublinhar o seu protesto contra a escravatura. Refugiavam-se nos montes, onde cultivavam a austeridade como meio de garantir a sua independência dos latifundiários. A sua postura antiesclavagista inspirou revoltas no «interior», sobretudo na área de Santa Catarina. Na falta de objectivos políticos definidos, essas revoltas acabavam sempre por ser abafadas pelos representantes da Coroa Portuguesa.

Apesar de ser relativo, o exemplo do «badio» merece destaque na análise da evolução da sociedade cabo verdiana. O anátema de «badio» passa rapidamente a sinónimo de preto não instruído, ou pouco instruído. Decorridos alguns séculos, essa caracterização pela negativa é generalizada a todo o habitante de Santiago – preto, branco ou mestiço. Esta leitura distorcida da realidade não autoriza, no entanto, qualquer interpretação válida de «racismo», como pretende um reduzido número de intelectuais santiaguenses; mas ela sugere, isso sim, uma fuga preconceituosa da africanidade, mais marcante em Santiago do que nas restantes Ilhas do Arquipélago. Esta fuga, fruto da ignorância da riqueza de simbolismos e da sabedoria de coloração filosófica que conferem especificidade ao universo cultural do santiaguense, não é estranha à quase total ausência de realidade da Ilha de Santiago nas obras dos mais destacados intelectuais e escritores cabo-verdianos.

Perante a crise desestruturadora que atinge as Ilhas a partir do século xvii, as viragens e flutuações do processo evolutivo atrás sublinhadas são perfeitamente aceitáveis. A alforria e o advento da mestiçagem aceleram o declínio da classe de escravos como faixa populacional maioritária e elemento-piloto do processo de integração cultural. Tendo constituído, no limiar do século xvi, cerca de 90% da população das Ilhas, os escravos não ultrapassam, dois séculos volvidos, os 15% da população total. É o exemplo clássico da ascensão social do mestiço e dos forros negros, à custa do esbatimento social do negro escravo, tal como analisada na obra pioneira do Mestre Gilberto Freyre.

A grande depressão económica do século xvii criou condições favoráveis à generalização do processo de alforria, que passou a actuar como elemento estruturador do processo integrativo. Senhores e escravos fundiram-se numa comunidade biológica e culturalmente simbiótica, portadora de um instrumento linguístico novo – instrumento de pensamento e de comunicação e selo de identidade da realidade social emergente.

As fomes em tempo de secas são um ferrete que marca ciclicamente o corpo da sociedade cabo-verdiana. Elemento identificador da realidade ecológica das Ilhas, elas constituem um factor conjuntural, com impacto desestabilizador sobre a economia. Durante o período escravocrata – de meados do século xv a meados do século xvii – e o período pós-escravocrata – de meados do século xvii a meados do século xix –, as fomes assolaram as Ilhas, ceifando a vida de milhares de escravos e infligindo irreparáveis danos aos latifundiários, que dependiam da mão-de-obra barata para as culturas intensivas de exportação. Para limitar os prejuízos, os escravos que sobreviviam eram alforriados à força, ou trocados por mantimentos nos navios negreiros que rumavam,

então, aos portos de Cabo Verde para adquirir mão-de-obra a preço de saldo. Segundo o historiador cabo-verdiano António Carreira, durante a fome de 1609 a 1611, só a Ilha de Santiago exportou seis mil seiscentos e quarenta e dois escravos para as Canárias, Cartagena e Nova Espanha. Na fome de 1748 a 1750, os que possuíam escravos até os davam de graça para os salvar de morte certa.

A libertação forçada de escravos em tempo de crise tem os impactos imediatos seguintes: ela desestabiliza a economia escravocrata, organicamente dependente da disponibilidade de mão-de-obra barata; e contribui para aumentar o número de forros, em detrimento dos escravos, facto que reforça e acelera o processo integrativo. Por um lado, a fome mina os fundamentos da economia escravocrata, mas, por outro lado, engrossa o número de forros, potencializando, dessa forma, a mobilidade social como agente inseparável do processo integrativo. Como a mestiçagem, a fome é actor da História da evolução da sociedade cabo-verdiana. Ambas emolduram o quadro histórico formador e enformador da identidade nacional das Ilhas de Cabo Verde.

A partir do século XIX começa a formar-se, na Ilha de São Vicente, um «habitat» à volta do Porto Grande. Cada vez mais concentrado, em poucas décadas este «habitat» converte-se na entidade urbana que seria a cidade do Mindelo. A imagem das urbes das Ilhas do grupo de Sotavento, isto é, Ribeira Grande, Praia, e São Filipe, o seu desenvolvimento é tributário de actividades portuário-mercantis, mas já de natureza supralocal e supranacional. O carvão, combustível pesado, que impõe escalas obrigatórias à navegação transatlântica, eleva São Vicente a entreposto estratégico, com as companhias carvoeiras a tirar vantagem do seu porto abrigado e de águas profundas. Ao contrário das citadas urbes de Sotavento, o desenvolvimento do Mindelo não depende do tráfico escravocrata e do sector que lhe é complementar, a saber, a exportação de produtos agropecuários. A sua importância estratégica afirma-se e o seu desenvolvimento consolida-se na medida em que se afirma e se consolida o domínio do Império Britânico. A valorização crescente da rota do Cabo e as relações deste Império com os países da América do Sul, nomeadamente com o Brasil e a Argentina, fazem do Porto Grande uma escala obrigatória para a navegação de longo curso.

Começa então a desenhar-se na orla portuária um cosmopolitismo novo, completamente desvinculado da economia escravocrata.

A instalação em edifícios próprios das agências de companhias carvoeiras britânicas propicia o despontar de núcleos de associativismo, primeiro de cunho elitista, e, depois, de cunho popular.

É de notar que o «interior», esparsamente habitado, teve pouco ou quase nenhum peso económico ou sociológico na configuração do cosmopolitismo são-vicentino. Livre das pressões e dos condicionalismos que o «interior» agrário escravocrata tinha acabado por exercer sobre os núcleos urbanos de Sotavento, Mindelo é centro de uma articulada consciência colectiva, marcada pela emergência de formas específicas de convivência social, que subalternizam as manifestações de solidariedade assentes nos vários tecidos culturais tradicionais legados pela economia escravocrata.

São Vicente é uma das últimas Ilhas do Arquipélago a ser povoada. Não com negros-escravos da costa da Guiné e súbditos do reino, mas, sim, com cabo-verdianos negros, pardos e brancos que chegavam das outras Ilhas já como agenciadores da mobilidade social e do processo de integração. É «o mundo que o cabo-verdiano criou», que dá

expressão revigorada à crioulidade, num contexto histórico dominado pela crise irreversível do latifúndio e da escravatura.

O tráfico internacional é o motor de desenvolvimento da Ilha, implicando a implantação, por arrastamento, de estruturas de administração pública em domínios diversos: marítimo, sanitário, fiscal, judicial, etc. A montante deste processo de desenvolvimento económico e social, regista-se uma viragem cultural. É o corolário do amadurecimento do processo de mobilidade social sob a impulsão da mestiçagem.

Como ficou atrás registado, o desenvolvimento da urbe quinhentista da Ribeira Grande foi fruto de uma conjuntura geoestratégica bem determinada. Situada junto à costa da Guiné, ela pôde, sob protecção da Coroa Portuguesa, converter as vantagens da sua situação geográfica em recurso estratégico quando o transporte de escravos era parte essencial do comércio internacional. A urbe entra em declínio e apaga-se quase completamente no mapa económico do século xvii, altura em que ela deixa de ser, por imposição de outras potências marítimas sobre Portugal, entreposto obrigatório do comércio escravagista entre a costa da Guiné e as grandes plantações do Novo Mundo.

No dobrar do século xix para o século xx, por razões ligadas à fragilidade do factor «geoestratégico», Mindelo conhecerá crise semelhante àquela que levou ao declínio da urbe quinhentista da Ribeira Grande. Neste caso, é a concorrência dos portos de Las Palmas e de Dakar que põe em causa o valor geoestratégico do Porto Grande, ao desnudar a fragilidade da sua natureza conjuntural.

Expostos às realidades dos ecos dos movimentos operários europeus que lhes chegavam pela «estrada do carvão», os habitantes de São Vicente, enquadrados por uma elite em sintonia com o mundo exterior, endereçam abaixo-assinados e petições reivindicativas ao Ministério do Ultramar. Índice de uma notável consciência social, essa tomada de posição é sinal premonitor de uma cultura política classista. Com efeito, essa cultura manifesta-se plenamente quando, em 1910, os trabalhadores das companhias carvoeiras desencadeiam a primeira greve da história de Cabo Verde, com o objectivo de obter um aumento dos seus salários. Estava, desse modo, anunciada uma viragem decisiva na sociedade pós-escravocrata, com o operariado a assumir papel pioneiro, ao confrontar os detentores dos meios de produção. A sua acção, politicamente inspirada, é o acto de nascimento de uma força social diferenciada no mundo laboral cabo-verdiano.

Progressivamente, São Vicente ganha estatura de centro comercial. Gozando de relativa prosperidade, o seu porto é elo de ligação permanente do Arquipélago com o mundo exterior e centro cosmopolita de todas as Ilhas do grupo de Barlavento. Além da mão-de-obra, recebe, também, destas os elementos mais representativos das elites emergentes a favor de um sistema de exploração que é agrominifundiária no seu recorte físico e familiar e individualizante na sua dimensão sociológica.

Com as ferramentas humanistas do saber, os homens formados no Seminário da Ilha de São Nicolau imprimem vigor e dão perfil e direcção intelectual particulares à vida cultural da cidade marítima. A abertura de um estabelecimento de ensino secundário (o Liceu Infante Dom Henrique), em 1917, reconhece e consagra a vocação do Mindelo como meca intelectual, promotora da cultura e propiciadora, por excelência, do conhecimento científico e tecnológico: ocorrências de relevo no plano internacional e obras clássicas de escritores portugueses são comentadas e discutidas calorosamente em pequenas tertúlias; homens de negócios patrocinam publicações de cariz local, com o

objectivo expresso de promover a criação de uma opinião colectiva assente na autonomia de decisão e pensamento.

O povoamento de São Vicente por «cabo-verdianos», iniciado em 1795, abre um capítulo novo no processo de sedimentação da nação cabo-verdiana. Graças ao cabo submarino e à «estrada do carvão», a Ilha transforma-se em teatro de um cosmopolitismo mais alargado e mais informado, em sintonia constante com o mundo moderno. A ascensão social do mestiço é enriquecida pela capacidade que este então revela como aglutinador, integrando e dinamizando elementos de cultura que lhe vêm de fora. Assim, começam a cristalizar-se, a partir de então, diferenciações de comportamento, tanto colectivo como individual, que dão corpo e forma ao facto regional.

Emigração e trabalho forçado como determinismos históricos

São Vicente adquiriu relevância como pólo de desenvolvimento devido à utilização do seu porto como ponto de escala técnica, a partir da segunda metade do século xix. A relevância de Santiago e do Fogo, como pólos de desenvolvimento entre os séculos xv e xvii, está ligada à situação geoestratégica dos seus portos (Ribeira Grande, Praia e São Filipe), como pontos de confluência de dois tipos de actividades organicamente inter-relacionadas, a saber, a recepção e o controlo dos carregamentos (das peças) de escravos provenientes da costa da Guiné a caminho do Novo Mundo, e o escoamento de produtos do interior agrário para exportação. Um corolário dessas actividades é o povoamento das Ilhas e a subsequente simbiose dos seus «stocks» humanos originários numa nova entidade – o Cabo-Verdiano – senhor de uma dinâmica social diferenciada, resultante de lutas, tensões e crises que pontuaram a trajectória de sua ascensão e afirmação.

As oscilações de carácter económico (crescimento, regressão e estagnação) das Ilhas são, como indicam os casos em análise, estruturalmente dependentes de situações conjunturais (geoestratégicas) e de factores ecológicos (fomes cíclicas, em consequência de nula ou irregular pluviosidade).

Deve-se, por isso, admitir que a força social e cultural da nação cabo-verdiana é inversamente proporcional à da base económica que a sustenta. É uma nação da configuração particular, que lhe vem de uma formação também particular – a miscigenação. A sua sobrevivência, como substância e como forma, depende da busca incessante, dentro e fora do seu quadro geográfico, de meios para assegurar, senão o seu desenvolvimento, pelo menos a sua subsistência.

A tese do particularismo da nação cabo-verdiana tem as suas raízes no determinismo antropogeográfico que actua como força centrífuga da mão-de-obra insular. Sem qualificação e enquadramento político-organizacional, esta mão-de-obra é absorvida por economias mais dinâmicas que a nacional. Essa disfunção foi assinalada, no século xix, quando as companhias da Nova Inglaterra aportavam aos portos das Ilhas para recrutar marinheiros para a pesca da baleia nos mares glaciares da Terra Nova. Ela resulta do mesmo determinismo que viria, volvidos muitos anos, centrifugar a mão-de-obra cabo-verdiana para as plantações de Angola e São Tomé e Príncipe, os portos da Holanda, as minas da Região de Moselle (França) e, mais recentemente, para os estaleiros de construção civil do Norte e Sul de Portugal.

Convém, deste modo, enfatizar que a inserção da mão-de-obra cabo-verdiana em economias mais amplas e mais dinâmicas é um acto determinístico, o qual, por definição, não depende da vontade do acto. A tese do determinismo é dolorosamente

consubstanciada na aceitação, por parte do trabalhador cabo-verdiano, do trabalho forçado nas plantações de Angola e São Tomé e Príncipe, em condições de perversidade e degradação, desde os primeiros dias do nosso século.

O reverso da medalha da venda de mão-de-obra barata é a chamada vocação do cabo-verdiano para a emigração. Neste caso, é o próprio cancionero popular das Ilhas que poetiza o conceito emigração/vocação, para lhe embotar o peso da dor e do determinismo. A literatura de Cabo Verde, vasada em crioulo ou em português, tem tratado com abundância o tema da emigração sem, contudo, o escalpelizar do ponto de vista científico (histórico, económico e sociológico). O drama condensado nos consagrados versos de Jorge Barbosa «Querer Ficar e Ter Que Partir» é paradigmático. Vem ao seu encontro a já clássica coladeira «Esse Caminho Longe», universalizada pela voz de Cesária Évora, que estigmatiza o trabalho forçado pela «sodade» que ele acende. É a flor da música suavizando as cicatrizes de uma realidade mais do que traumatizante.

No seu recém-publicado livro de ensaios História de um Sahel insular, o jovem cientista cabo-verdiano António Leão Correia e Silva dá

indicações fundamentadas e precisas ao tratar o tema da emigração como elemento enformador da sociedade crioula cabo-verdiana: «...as estiagens criam cedo o que virá a ser a vocação-especialização de Cabo Verde dentro da economia-mundo: o fornecimento de mão-de-obra a baixo preço para as economias mais dinâmicas e carentes de força de trabalho. Se esta vocação não se restringe ao período histórico em análise é também certo que ela nasce bem antes do que tradicionalmente se julga. A exportação precoce de escravos crioulos e insulares em razão das fomes originou, antes mesmo do início da pesca da baleia, os primeiros capítulos de imigração cabo-verdiana no Novo Mundo. As estiagens lançavam os escravos e forros crioulos para as mais desvairadas partes do continente americano: Santo Eustácio, Caiena, Demerara, Baltimore, etc.».

Nação nascida da fusão de comunidades de dois continentes, Cabo Verde recebe de Portugal, além da língua e da cultura, a tenacidade para vencer as forças adversas e repulsivas do determinismo. A sua independência, em 1975, é mais acto de fé do que afirmação de soberania. Em termos económicos, ela é uma ficção, filha de uma outra ficção – a liberdade política...

Descolonização e construção da Nação-Estado

A construção de grande número de Estados africanos, num quadro de pluralismo étnico e fronteiras herdadas da colonização, está na origem dos conflitos armados que vêm atingindo o continente africano, em extensão e profundidade, nos últimos trinta anos. A natureza complexa desses conflitos tem-nos tornado refractários à intervenção armada e diplomática, do exterior, ou do próprio Continente.

Tudo indica que se está perante uma situação conflitual de raízes históricas, cuja manifestação é despoletada pela rejeição de enxertos de elementos modernizantes estranhos ao corpo social tradicional africano.

A descolonização e a forma como ela foi efectuada, de acordo com a filosofia ocupacionista de cada potência colonial, são repetidas vezes apontadas como causas próximas desses conflitos. Esta tese é, porém, inconsistente, porque não resiste à própria evidência. Na realidade, a descolonização, de per si, não pode constituir a matriz de situações de instabilidade crónica, de guerras, ou de inseguranças geradoras de agitação

política e social. Alguma credibilidade poderia ser, no entanto, atribuída à tese segundo a qual os conflitos étnicos em África são reflexos de profundas desigualdades e distorções inseparáveis das relações interétnicas, por um lado, ou das relações dos países africanos e o resto do mundo desenvolvido, por outro lado.

Reconheça-se que os conflitos étnicos são sempre de difícil diagnóstico. Na sua origem, encontra-se um elevado número de factores, actuando cada um com peso específico determinado. De entre tais factores sobressai a não existência da nação, entendida como entidade estratificada e atomizada pelo percurso histórico, que dá corpo e razão de ser ao Estado, tal como vasado no modelo ocidental. Este «handicap» reduz o alcance da autoridade do Estado africano e transforma-o numa colagem de instituições modernas, nas mais das vezes impotentes para neutralizar a resistência de elementos de cunho étnico e tribal ao processo de formação da projectada Nação-Estado. A violência, que é cultural, apaga a autoridade, que é institucional.

Até certo ponto, deixa de ser exagero afirmar-se que bom número de Estados africanos são edições melhoradas do Estado colonial ao qual se acrescentou uma legitimidade constitucional. Isso, como é óbvio, cria dualismos e ambiguidades que expõem os Estados africanos ao desgaste de correntes de acções em confrontação permanente: as dinâmicas próprias das tradições culturais actuam como força centrífuga, enquanto a modernização, factor a um tempo desestruturante e estruturador das sociedades tradicionais, actua como força centrípeta.

A introdução de tecnologias avançadas, sem ajustamento prévio às condições locais, pode abrir feridas irreparáveis no tecido social tradicional. Apesar disso, a modernização continua a afirmar a sua indispensabilidade ao desenvolvimento económico e ao processo integrativo de formação da nação. Da sua gestão equilibrada depende o crescimento harmonioso da Nação-Estado. Porém, quando mal gerida, ela pode causar tensões graves, capazes de pôr em perigo os equilíbrios étnicos. Isto acontece sempre que uma minoria étnica detentora do poder político utiliza a modernização como arma para neutralizar (ou eliminar) grupos étnicos numericamente maioritários. Nestes casos, note-se, a modernização é instrumentalizada mais como arma religiosa/supersticiosa do que como ferramenta para a construção da Nação-Estado. A modernização pode, também, ser condicionada por inibições de ordem cultural, tanto junto das élites dirigentes como das massas que dão corpo às formações étnico-tribais. Exemplos deste último tipo de comportamento abundam nas regiões interiores dos países ao sul do Sahel.

Sob a pressão dos imperativos modernizantes, os governantes africanos passam muitas vezes a actuar com as ferramentas institucionais, sob o pressuposto da existência não de uma nação em formação, mas de uma nação gloriosa pela libertação da qual fizeram a luta anticolonial, nacionalista. Vítimas da argumentação falaciosa que ajudam deste modo a cultivar, com objectivos imediatistas, concorrem para arranques falsos, de premissas fundamentais a situações de conflitos os mais absurdos e dramáticos.

O anticolonialismo é elevado a filosofia redentora. Para a sua defesa, os governantes lançam mãos a um punhado de ideias simplistas que ensombram ou a eles totalmente subordinam os ideários da formação da nação e os princípios enformadores do processo de desenvolvimento económico, como ciência e não como apêndice ideológico.

A Nação-Estado em África é um projecto em que o Estado, de instituições modernizantes, é o actor principal na formação da nação, a partir de grupos étnicos cultural, social e linguisticamente diferenciados. A nação cabo-verdiana exemplifica o

inverso do processo em análise. Neste caso, a nação é criação do empreendimento «colonial», em circunstâncias que brigam com o conceito clássico de colonização. A sua força reside no elevado grau de homogeneidade linguística e cultural dos habitantes de todas as ilhas; a sua fragilidade resulta da sua dependência estrutural do «apport» de comunidades endógenas dos mais variados quadrantes do mundo, para assegurar a sua sobrevivência e salvaguardar a sua identidade.

A nação cabo-verdiana é um modelo particular, tanto na forma como no conteúdo. Desenvencilhada das realidades étnicas africanas e dos traumas da utopia romântica em que muitos «estudiosos» se esforçam por envolvê-la, ela resulta de um processo histórico, linear e transparente, que estimula a análise e desencoraja a especulação. É a moldura de uma civilização nova nos trópicos: o crioulo.

A luta do mestiço contra factores ecológicos repulsivos conferiu atributos de nação às Ilhas de Cabo Verde: uma língua comum, valorizando o pensamento e exprimindo os estados de alma de todos e de cada um; um Deus e um destino compartilhado – a salvaguarda da identidade cultural.

O particularismo da nação cabo-verdiana cria, por mérito próprio, uma referência teórica com valor para diversificar e enriquecer o debate em volta da questão nacional em África. Como é sobejamente reconhecido em certos meios académicos, a abordagem empiricista e pragmática deste tema tem limitado a sua análise, tanto em extensão como em profundidade. O estudo do facto nacional cabo-verdiano não só alargaria positivamente o debate como poderia, também, por comparação, sugerir novas direcções para o estudo dos conflitos nacionais de configuração etnocultural.

Na sua obra *Nations Nègres et Culture*, que boliu a intelectualidade académica parisiense nos anos 50, o professor senegalês Cheikh Anta Diop vê na nação africana um facto histórico sócio-cultural, que precede a colonização. Diop apoia-se num número substancial de índices de cultura que, segundo ele, além de dar perfil à nação africana lhe confere também excelência. Uma consciência colectiva, uma lealdade política e uma vontade político-metafísica são, entre outras, características subjectivas em que, no conceito de Diop, repousa a nação africana. Baseado na excelência destes elementos, o historiador questiona a honestidade intelectual dos historiadores do Antigo Egipto, que ele acusa de «embranquecer» a sua história para retirar aos negros o benefício moral da sua «contribuição para o engrandecimento da civilização egípcia». Apesar da riqueza dos elementos culturais invocados e a finura intelectual usada na sua descrição, o conceito de Diop não deixa de ser fortemente subjectivo.

O economista egípcio Samir Amin é, tal como Diop, intelectual com obra de referência. O seu conceito de nação africana é de fundo materialista e depende, por isso, de factores perfeitamente determinados e inter-relacionados. Eles são o factor político, expresso na existência de uma classe social detentora do poder; e o factor económico expresso na existência de uma «mais valia» capaz de exercer uma função unificadora da sociedade. Para este autor, a nação é expressão dialéctica de uma etapa do desenvolvimento de uma sociedade. A vida e a morte da nação africana estão dialecticamente dependentes da existência ou desaparecimento de uma classe dominante e do poder unificador da «mais valia». É evidente a inconsistência do conceito de Samir Amin, inconsistência essa que está inerente ao próprio modelo em que vasa o seu conceito. Este conceito rejeita, na realidade, o facto nacional quando este não cabe no modelo que «a priori» lhe é estabelecido. Pelo contrário, a história regista a sobrevivência de muitas nações, mesmo

quando a estas se lhes subtraem os atributos que, no dizer de Samir Amin, condicionam o seu aparecimento e desaparecimento. Prisioneiro da tese materialista, este autor acaba por não se dar conta de que a forma não dita forçosamente a constituição orgânica do conteúdo...

A nação cabo-verdiana, forjada em condições materiais precárias e sociais dolorosas, esperou cerca de dois séculos para ser Estado, em 1975. Este processo, dito de «emancipação», envolveu, na mesma ocasião, todos os espaços da Língua Portuguesa em África, onde Portugal tinha imposto uma administração já multi-secular: Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Estados insulares diferenciados dos Estados continentais, tanto do ponto de vista antropogeográfico como do ponto de vista sócio-histórico, ascenderam à independência por via de negociações, sem intervenção directa de força militar. Isso marcaria profundamente as suas futuras relações com a antiga Metrópole. Com Angola e Moçambique, as relações com Portugal iriam, até ao fim da Guerra Fria, oscilar em sintonia com o pêndulo do conflito de dominação que travavam em África a ex-União Soviética e os Estados Unidos. Tanto em Angola como em Moçambique, a presença multi-secular de Portugal nas regiões interiores nunca chegou a ser constrangimento que pudesse inverter ou suster o processo de estratificação social, dentro de balizas modeladas por imperativos acentuadamente étnicos e tribais. Ambos os Estados fazem opções políticas que pensam melhor servir os interesses dos seus povos na conjuntura histórica e política em que se registou a sua independência: o Partido Único é instituído como suporte ideológico e guia político; ao Socialismo Científico, de recorte leninista, é-lhe atribuído o papel de motor do desenvolvimento económico e social. O mesmo tipo de regime político é implantado, com correcções, nos restantes países africanos de Língua Portuguesa. O Partido Único é adoptado sem modificações notáveis, mas a componente socialista acaba por ser temperada consoante o grau de dependência de cada um destes países de assistência no mundo capitalista.

Dotados de recursos potencialmente capazes de lhes assegurar um crescimento social e económico sustentado, Angola e Moçambique foram compelidos a centrar os seus esforços numa guerra civil de inspiração externa, com o ponto fulcral assente em objectivos geoestratégicos. Não é, pois, assustador que, ao cabo de dezenas de anos de conflito armado ininterrupto, acabassem esses dois países por apresentar índices negativos de desenvolvimento em quase todas as áreas de actividade económica. Se a esses dados se adicionar os custos incalculáveis em perda de vidas humanas e de destruição e delapidação de infra-estruturas, impõe-se, então, concluir que em Angola e em Moçambique a descolonização preludiou a tragédia, em detrimento da execução das programadas tarefas da construção da Nação-Estado.

O adiamento da fruição do desenvolvimento implicou uma cultura política de culpabilização do passado, que foi integrada no arsenal ideológico e diplomático de guerra contra a ex-potência colonial, transfigurada em «inimigo externo». Este tipo de situação é revelador seguro de que a descolonização, que é um acto formal, não pode, de per si, resolver os problemas de fundo causados pela colonização. Consequentemente, as subjacências do conflito colonial devem ser analisadas com serenidade, como heranças residuais de conflitos com feridas profundas por sarar.

A construção da nação em África, numa situação dominada por pluralismos étnicos e conflitos de lealdade, cria uma tensão permanente entre o Estado e os mais variados

actores do processo de integração. Nestas condições, há sempre uma possibilidade de imputar essa tensão ao inimigo externo, quando ela ameaçar a estabilidade política interna. A cultura de culpabilização do passado pode desvirtuar o presente e comprometer o futuro.

O ex-Presidente da República Portuguesa, Mário Soares, emitiu o seguinte juízo sobre a retirada de Portugal das suas colónias de África: «...Não houve descolonização com a abertura de espírito, baseada na tradição liberal portuguesa, como se verificou com a independência do Brasil...». Uma leitura que sugere essa constatação do ilustre estadista é a de que os interesses das ex-colónias e os de Portugal, como potência responsável, não foram salvaguardados. Muito pelo contrário, esses interesses foram estilhaçados pelo fogo cruzado das grandes potências, por intermédio de actores subtilmente postos em cena na arena política portuguesa.

Não há recuo possível para corrigir erros do passado. Ademais, a História nunca responde a hipóteses. O que não invalida, todavia, o reconhecimento de que a mais profunda descolonização resta ainda fazer. Ela não é liberal, socialista, social-democrata ou comunista. É a descolonização das mentalidades, tarefa que só é viável com o esforço conjugado do ex-colonizado e do ex-colonizador. Por outras palavras, só uma simbiose de vontades e objectivos pode criar conceitos valorativos novos susceptíveis de neutralizar preconceitos exacerbados pelas guerras que opuseram Africanos e Portugueses.

O conjunto de factos acima referidos tem como finalidade atirar uma atenção aprofundada sobre o processo de construção da nação nos Estados africanos recentemente independentes, portadores de clivagens sociais e culturais resultantes de fragmentações étnicas e tribais. Nos casos de Angola e Moçambique, o processo de construção da nação é, como noutros países africanos ao sul do Sáara, um empreendimento histórico de carácter evolutivo e criador de tensões entre o Estado e os diferentes grupos que integram a sociedade. Divergências de comportamento entre grupos étnicos diferenciados podem gerar conflitos capazes, quando incontrolados, de pôr em causa a existência do Estado soberano.

A análise comparativa da problemática da construção da nação atrás enfocada com a realidade cabo-verdiana, no mesmo período sócio-histórico, isto é o pós-independência, faz emergir elementos de contraste que lançam luz sobre a questão nacional em Cabo Verde. Alguns desses elementos são: uma sociedade fortemente atomizada; uma consciência generalizada de interesses individuais privados; uma comunidade política com elevado grau de sofisticação que a transforma em «público»; uma sociedade civil com o indivíduo predominando sobre o grupo; emergência do conceito de «pessoa jurídica» como pessoa essencialmente abstracta.

O modelo de Estado moderno, de inspiração ocidental, é absorvido pela realidade nacional cabo-verdiana, o que significa que não há rejeições ou roturas do tecido social. Este fenómeno torna-se, por conseguinte, indicador de um elevado índice de ocidentalização em Cabo Verde, tanto no domínio da estrutura social/familiar como no do pensamento.

Na falta de fenómenos de rejeição, de rotura do tecido social e de conflitos armados internos, o Estado cabo-verdiano independente ficou sem fundamento para alimentar uma cultura de culpabilização do passado. A argumentação anticolonialista, que implicava uma condenação histórica de Portugal, cedo desapareceu do mercado político. Além de

atrair um número cada vez menor de compradores, esse argumento carregava todas as potencialidades para acentuar a fragilidade económica de Cabo Verde, cuja soberania é, sobretudo, sustentada por um acto colectivo de fé... Por isso, o seu subdesenvolvimento passou, cada vez com maior insistência, a ser atribuído a factores de coloração ecológica, tais como os «handicaps» estruturais causados por uma pluviosidade errática, agravada por outros factores de carácter repulsivo.

A arquitectura constitucional e institucional do Estado moderno é um enxerto sistematicamente rejeitado, por incompatibilidade, pelo tecido cultural tradicional africano. Consoante as formas por ela assumidas, a rejeição pode muitas vezes transformar-se em fonte de alimentação de graves conflitos internos. Absorvidos pelo empreendimento modernizador, elevado a objectivo prioritário da governação, os Estados africanos tendem, todavia, a subestimar as manifestações negativas de rejeição, mesmo quando ameaçam os fundamentos da soberania. Há sempre um inimigo externo para cada conflito interno africano. Com raras excepções, este inimigo é a antiga potência colonizadora. Uma vez que os vários modelos de socialismo adoptados como ideologia redentora não podem, por definição, provocar a catástrofe, os governos, por pura intuição lógica, buscam as causas do empobrecimento epidémico e das guerras internas desestabilizadoras no inimigo além-fronteiras.

Dados empíricos apontam, pois, para a existência de um certo grau de afinidade entre, de um lado, a pressão desestruturadora criada pelos conflitos de rejeição da modernização e, de outro lado, o tipo de relações cultivadas pelos países africanos recém-independentes com as suas antigas potências colonizadoras. Os casos de Angola e Moçambique engrossam o número de exemplos ilustrativos. O caso de Cabo Verde confirma a existência dessa afinidade, pela negativa.

Ao concluir-se da existência de uma afinidade clara nas circunstâncias indicadas, o passo seguinte seria o da teorização.

O enxerto de elementos de modernização sobre a realidade sócio-histórica dos países africanos recentemente independentes determina a rejeição desses elementos, quando eles actuam como força de pressão desestruturadora da sociedade tradicional. Os conflitos engendrados pelo fenómeno da rejeição são geralmente atribuídos ao «inimigo» externo, o ex-colonizador, o que, por sua vez, condiciona as relações entre o ex-colonizado e o seu ex-colonizador.

A rejeição da arquitectura do Estado moderno – é mister reconhecê-lo – levanta problemas de natureza existencial, que extravazam os limites do modelo analítico, de inspiração pragmática e conteúdo empiricista, em que vêm sendo vasados. No fundo, a modernização através do enxerto de um Estado moderno significa a transformação do africano em ser «social», individual, amputado da sua tribo ou grupo étnico onde é ser «humano», no seio da colectividade que lhe confere identidade própria. Para além de todas as fronteiras políticas e ideológicas, há um dilema, de dimensão filosófica, que sublinha a actuação dos Estados africanos: modernizar para governar, ou não modernizar para ser governado!

A gestação da nação cabo-verdiana, séculos antes da sua independência, em condições de adversidade que bordam a fatalidade, é uma excepção que merece atenção particular. A um tempo criação de Portugal e obra do «acaso e da necessidade», as tragédias que ela porventura encobre parecem hoje compensadas pela riqueza dos símbolos que ela

transporta. Na realidade, poucos são os povos cujo passado não esteja pontuado de tragédias.

Independentemente das orientações e preferências políticas dos seus governantes, Cabo-Verdianos e Portugueses continuarão ligados por um fundo de valores historicamente temperados. Daí resulta a «cumplicidade» que os transforma «malgré eux», em agentes de uma mesma civilização.

Essa cumplicidade, de fundo histórico e cultural, é a nota que sublinha, com maior ou menor intensidade, as relações de Portugal com as suas antigas colónias, em África e outras partes do mundo, marcadas pelo selo inconfundível da presença lusa. Ela é o sal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e as caravelas do futuro

Homens de ciência dos mais diversos quadrantes de pensamento estão hoje de acordo que o século xxi vai ser dominado pela Terceira Revolução Industrial. No seu ensaio *Capitalismo e Tecnologia*, publicado em 1991, o economista Finkelstein antecipa o futuro ao colocar as premissas de um projecto de desenvolvimento global que ultrapassa em imaginação a mais ousada ficção científica. Segundo Finkelstein, essa revolução é um «happening global monumental» que envolve o mais poderoso conjunto de mudanças na história moderna, remetendo para a sombra todas as experiências anteriores da vida económica. Dos pontos de vista científico e tecnológico, a Terceira Revolução Industrial apresenta cinco instrumentos de dominação do futuro: o microprocessador; fibras ópticas e telecomunicações; biogenética e bioagricultura; controlo de stocks por computador integrado; e lasers e holografia.

São as caravelas do futuro. À imagem das caravelas da gesta henriquina do século xv, irão rasgar novos horizontes do conhecimento, revelando novas ciências à Ciência, em domínios nunca antes penetrados.

Um crescimento económico auto-sustentado é a credencial que garante acesso ao tgv do desenvolvimento do futuro, que estará sob comando transnacional. O que significa que a participação nos benefícios da Ciência e da Tecnologia no «Bravo Novo Mundo» do Século xxi se anuncia como empreendimento nada passivo. A Terceira Revolução Industrial é, no dizer de Finkelstein, «a esperança de cinco mil milhões de pessoas que habitam a Terra». Ela cria oportunidades capazes de nos darem um mundo novo, livre de privações; mas essas oportunidades – observa – não serão nada baratas.

Para fazer face aos desafios do futuro, um número cada vez mais elevado de países começou a ajustar a sua política interna aos acontecimentos internacionais, adaptando, por isso, os seus métodos de operação e as suas estruturas a um mundo económico e político em acelerada expansão. Indicadores, tanto quantitativos como qualitativos, assinalam essa evolução.

A União Europeia é o exemplo de resposta mais adequada até hoje aos desafios do futuro. «Melting Pot» de economias sem fronteiras, ela propõe-se forjar um novo tipo de realidade social, do seio de uma comunidade de nações soberanas.

A construção da Comunidade Europeia tem provocado controvérsia em torno de Nação-Estado (Estado Nacional) e de Ideologia – dois conceitos que são elementos a um tempo enformadores e identificadores das Sociedades. Assim, para muitos estudiosos, a criação de comunidades neste fim de século é manifestação inequívoca da erosão dos princípios em que assentam tradicionalmente os conceitos de Nação-Estado e de Ideologia. Esta

tese, quanto mais repetida, menos credibilidade parece oferecer. Tal como enunciada, ela funde numa única entidade o Estado Nacional e o Estado soberano, que são dois conceitos distintos, cobrindo duas realidades não menos distintas: o primeiro é a expressão de uma evolução sócio-cultural e histórica, enquanto o segundo é a expressão institucional de uma vontade política. Daí poder-se afirmar que a crise do Estado soberano não implica necessariamente a crise do Estado Nacional. O vigor dos nacionalismos no Terceiro Mundo neste dobrar de século nega categoricamente o anunciado declínio da Nação-Estado. Tem-se, também, anunciado o declínio da Ideologia, que é um conceito básico da vida político-partidária, com formas e colorações variáveis, segundo as épocas históricas em que floresce. Meio século depois de decretada a sua morte, no auge da Guerra Fria, ela afirma-se, nos nossos dias, como recurso indispensável na formação das comunidades, que são, no fundo, resultado de um amplo acordo ideológico.

O que se verifica é que os Estados soberanos não podem, face aos requisitos da globalização, continuar a considerar-se a si próprios como os principais motores da economia. A inserção numa comunidade briga, nesse caso, com o conceito tradicional de Interesse Nacional, que é restritivo por natureza e por definição. Note-se que o sacrifício do Interesse Nacional ao Interesse Comunitário não acarreta necessariamente uma crise do Estado-Nação ou mesmo do Estado soberano.

Para transformar em vantagens as oportunidades da Terceira Revolução Industrial nos domínios da Ciência e da Tecnologia, é imperativo fazer progressos económicos consideráveis e privilegiar o interesse global. Isso implica a criação, a nível nacional, de sistemas e mecanismos de cooperação e associação que ignorem fronteiras políticas e aceitem o desgaste, ou a perda, de prerrogativas de soberania.

Num rasgo de realismo político e de visão estratégica, os Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa acordaram dar à luz uma comunidade – a cplp –, cuja assembleia constitutiva teve lugar em Lisboa a 17 de Julho de 1996. A maioria dos membros dessa comunidade é formada por países africanos recém-independentes, que não puderam ainda consolidar as suas instituições de modo a permitir-lhes o estabelecimento de políticas nacionais sólidas e eficazes. Com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe constituindo excepções, estes países, isto é, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, estão confrontados com o empreendimento titânico de construir a nação, mediante o enxerto de uma estrutura institucional, de formato moderno, sobre um corpo sócio-cultural de matriz acentuadamente étnica.

O Brasil regista uma evolução científica e tecnológica que põe em relevo uma estratégia de autonomia em sectores vitais de actividade industrial, com o aproveitamento de matérias-primas e recursos humanos indígenas. No entanto, apesar da sua quase bicentenária independência e dos progressos assinalados, esse imenso país continua a enfrentar constrangimentos de natureza estrutural, de que são exemplos as erupções periódicas de crises sociais, subjacentes às quais se vislumbram um larvado conflito de contorno racial.

Com a excepção de Cabo Verde, cujo desenvolvimento terá de se basear numa economia de serviços e no turismo, os restantes membros da cplp são países essencialmente agrícolas, exportadores de matérias-primas, com Portugal e, sobretudo, o Brasil acusando índices notáveis de industrialização. Todos estes países são teatro de manifestação, em

grau e intensidade diferentes, de problemas económicos e sociais de fisionomia terceiro-mundista.

A circunstância de o Português ser a língua de comunicação oficial de todos os membros da cplp confere-lhe um papel motor e modelador na promoção de uma cooperação comunitária, desvincilhada das heranças assistencialistas do passado. Complementa este papel fundamental do Português na formação e afirmação da cplp a sua indispensabilidade como ferramenta da construção da nação.

A edificação de uma comunidade neste particular momento histórico é um passo para a globalização da economia, passo sem o qual não será possível transpor o Cabo do século xxi. Com um amplo acordo ideológico que respeite as realidades sócio-culturais próprias de cada um dos seus membros e neutralize a tirania da distância e da centralização, a cplp permitirá, a longo termo, que os países africanos de expressão portuguesa encontrem em si mesmos a resposta mais adequada aos desafios da Terceira Revolução Industrial.

As caravelas do futuro aguardam os povos de língua oficial portuguesa. Juntos, em comunidade.

Uma experiência política nos trópicos

O processo de elevação de São Vicente a centro intelectual e cultural de Cabo Verde beneficiou de um «boom» extraordinário entre as duas Grandes Guerras. A instalação do Italcable, em 1924, reforçou a ligação permanente da Ilha com o mundo acentuando o carácter cosmopolita da cidade do Mindelo. Tripulações de vasos de guerra e de navios-escola competem em vários domínios do desporto, como o futebol, o ténis e o críquete, com clubes locais, inspirando um associativismo em pleno processo de maturação e crescimento.

Aos homens de letras da Ilha, intelectuais, poetas, trovadores, ensaístas, músicos e jornalistas, juntam-se seminaristas de formação humanista, que dominam literaturas e línguas clássicas. São Vicente é teatro de actividades literárias e de afirmação da cabo-verdianidade.

Estavam desse modo reunidas as condições para o despontar de uma consciência literária autónoma. Fundada por um punhado de eminentes intelectuais, Claridade, revista de artes e letras, lança o seu primeiro número em Março de 1936. Enunciação de maturidade social e cultural do mestiço cabo-verdiano, a fundação de Claridade constitui um marco particular da evolução da história de Cabo Verde.

Partindo da tese de Gilberto Freyre, que aponta para a existência de traços específicos (motivos e estilos de vida) comuns aos mestiços em áreas tropicais marcadas pela presença portuguesa, Baltasar Lopes da Silva, um dos fundadores de Claridade, iniciou, em Março de 1937, a publicação de estudos linguísticos que apresentam o «crioulo» como língua «suficiente», resultante de um processo de aculturação que atingiu a meta da «aceitação». No seu ensaio Uma Experiência Românica nos Trópicos, Baltasar Lopes concluiu que o «crioulo» de Cabo Verde é de formação e cunho português. A experiência românica tinha-se traduzido numa «linguagem... tão radicada no solo das Ilhas como o próprio indivíduo».

Lançava-se, assim, a pedra que iria dar expressão articulada e razão «suficiente» aos pioneiros da luta pela autodeterminação das Ilhas, onde o «Acto Colonial» de 1933, de inspiração fascista, abriu feridas profundas no corpo e na alma da realidade cabo-verdiana. Alvos de críticas por não terem traduzido o seu pensamento literário em

pensamento político actuante, os «claridosos» deixaram, todavia, um instrumento político de peso à geração que lhes sucedeu. A idoneidade social das Ilhas, que deu substância ao conceito de autodeterminação, traz a assinatura histórica da sua proeza literária.

A experiência românica era o prelúdio da experiência política. Em 1975, quando proclamou a sua independência, Cabo Verde adicionava às fomes e à emigração mais um determinismo na sua evolução social: o determinismo da História!

Membro da cplp, Cabo Verde bate às portas do futuro, em uníssonos com todos os países de língua portuguesa, o que sublinha, uma vez mais, a sua existência como acto de fé e de tenacidade.

Porque Cabo Verde é, também, uma experiência política nos trópicos.